



XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos – ENG

TERCEIRA CIRCULAR

1. SOBRE O XX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS

Data: 13 a 17 de julho de 2020.

Local: Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP).

Tema: Brasil-periferia: a geografia para resistir e a AGB para construir.

Site: <https://eng2020.agb.org.br/>

2. PROGRAMAÇÃO

Período	13/07 (Segunda-feira)	14/07 (Terça-feira)	15/07 (Quarta-feira)	16/07 (Quinta-feira)	17/07 (Sexta-feira)
Manhã	Credenciamento	Espaço de Diálogos e Práticas (EDP)	Espaço de Diálogos e Práticas (EDP)	Espaço de Diálogos e Práticas (EDP)	Trabalhos de Campo; Oficinas e Minicursos; Espaço de Socialização de Coletivos (ESC)
Tarde		Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho	Plenária Política / Debate de Chapas	
Noite	Abertura	Mesas Redondas	Fórum de Grupos de Trabalho	Mesas redondas	Plenária Final

**3. CRONOGRAMA DE ENVIO DE PROPOSTAS DE ATIVIDADES**

Atividades	Prazos
Espaço de Socialização de Coletivos (ESC)	De 1º de abril até 15 de maio
Grupos de Trabalho (GTs)	De 1º de abril até 31 de maio
Trabalho de campo	De 1º de abril até 15 de maio
Oficinas e minicursos	De 15 de abril até 15 de maio
Espaço de Diálogos e Práticas (EDP) (resumo)	06 de janeiro até 03 de abril
Espaço de Diálogos e Práticas (EDP) (trabalho completo)	06 de abril até 16 de agosto
Monitoria	Até 1º de junho
Ciranda	De 06 de janeiro até 15 de maio
Alojamento	De 06 de janeiro até 15 de maio

4. VALORES DAS INSCRIÇÕES

Categorias	06/01 a 15/04	16/04 a 08/06	09/06 a 07/07
Estudantes de graduação e professores da educação básica (associados)	R\$ 70,00	R\$ 90,00	R\$ 120,00
Estudante de pós-graduação (associados)	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 160,00
Dois professores da educação básica da mesma unidade escolar associados à AGB	R\$ 100,00	R\$ 140,00	R\$ 200,00
Demais associados	R\$ 130,00	R\$ 160,00	R\$ 200,00
Não-associados	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 350,00



5. ABERTURA

Data: 13 de julho de 2020.

Local: Memorial da América Latina – Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664, Barra Funda, São Paulo.

Tema: Continente em chamas: insurreições populares e tensões geopolíticas na América Latina

Ementa: A América Latina vive atualmente uma enorme instabilidade política, fruto de desigualdades econômicas e sociais histórico-estruturais, mas também pela ascensão de governos nacionais de extrema direita no continente. A mesa visa discutir, a partir de diferentes prismas (de movimentos sociais, representantes políticos e intelectuais/acadêmicos) quais as principais interpretações possíveis sobre esta instabilidade política e quais as possibilidades de organização e movimentação popular para consolidar a democracia no continente.

6. MESAS REDONDAS

Data: 14 de julho de 2020 (terça-feira).

Local: Universidade de São Paulo (USP) – Cidade Universitária, São Paulo.

Mesa 1: A Geografia na Periferia da Educação.

Ementa: As medidas neoliberais, que fazem parte dos mecanismos do capital financeiro internacional, provocam constantes atritos em diversas áreas, incluindo a educação. A discussão sobre os currículos, tanto em seus conteúdos quanto em suas cargas, são elementos constantes e fundamentais na concretização de uma ideologia reacionária que vem se evidenciando. A Geografia, como uma das ciências fundamentais em todos os níveis e modalidades de ensino, é uma das linhas de frente no combate aos ataques à educação, assim como a História, a Sociologia e a Filosofia. Entretanto, a discussão não pode se restringir somente as políticas reacionárias, mas levar a fundo uma questão que está para dentro da formação e atuação de professoras e professores de Geografia: a dificuldade de defender a ciência e se entender como parte integrante dela, e de justificar a importância que ela tem na capacidade de reflexão e transformação da sociedade. Tudo isso comumente em detrimento as ciências exatas. Posto isso, a mesa convida à reflexão e prática sobre como podemos combater as hierarquizações construídas pela ideologia imposta e a dificuldade de articular uma defesa efetiva da Geografia.



Mesa 2: AGB para construir: epistemologias críticas e críticas a epistemologia da Geografia.

Ementa: É importante fomentar o debate acerca da necessidade de visibilização e premência de outras leituras e compreensões de mundo, diferentes epistemologias que emergem no cenário geográfico. Trazer para o centro do debate as epistemologias construídas por aqueles sujeitos frequentemente invisibilizados, construtores de lutas feministas, raciais, LGBTTTQI+ e decoloniais, pois entende-se que tais questões são estruturais e estruturantes, e não secundárias, ou “paralelas” a outras leituras. Assumir e incorporar tal postura é permitir a multiplicação de interpretações e olhares espaciais, possibilitando desse modo uma maior compreensão da realidade. O intuito dessa mesa é refletir sobre o papel que a AGB vem ou não cumprindo diante destas “novas epistemologias”, se há ou não espaço para esse debate dentro da entidade, bem como sobre as possibilidades e compromissos que podem e devem ser assumidos pela AGB perante tais temáticas.

Mesa 3: As Desigualdades sócioespaciais e as condições de moradia nas cidades brasileiras.

Ementa: O crescimento urbano, associado ao processo de urbanização e metropolização que atinge o Brasil no final do século XX, mostra-se predominantemente excludente, cujas marcas desiguais desse processo podem ser vistas e sentidas ao longo do espaço urbano. O acesso desigual à infraestrutura e serviços urbanos, os conflitos pelo uso da terra nas cidades, a degradação ambiental, a formação de espaços de habitações precárias, o déficit habitacional são algumas das marcas desse processo desigual. Cabe então a Geografia a leitura complexa desse espaço considerando o conjunto de agentes, formas e processos presentes e resistências frente às dinâmicas excludentes que o capitalismo impõe sobre a urbanização.

Mesa 4: Engolindo o dorso da terra: Crise, crime, o horizonte de expectativas decrescentes e o crescente lucro da mineração.

Ementa: A atividade minerária, inescapavelmente abstraída pela sociedade produtora de mercadorias, possui uma concretude especificamente destrutiva. Muitas vezes defendida como sendo “imprescindível à manutenção dos padrões de vida do mundo moderno”, cuja “exportação é necessária para o desenvolvimento nacional”. Há, porém, que se considerar que a mineração necessariamente se realiza pela supressão e degradação da natureza,

BRASIL-PERIFERIA:

A GEOGRAFIA PARA RESISTIR E A AGB PARA CONSTRUIR



expropriação massiva e submissão ao trabalho em condições iminentemente fatais. As imposições atuais da valorização do valor pressionam cada vez mais para o aprofundamento e aumento da escala dessas destrutividades, as quais têm como exemplo os recentes rompimentos das barragens da Samarco (Mariana) e da VALE S.A. (Brumadinho). Esses eventos chocaram a sociedade brasileira e mundial, que reagiram de diferentes maneiras, inclusive com a mobilização de uma série de pesquisadores, articuladores de movimentos sociais e membros da sociedade civil organizada que buscam compreender o ocorrido e dar suporte aos atingidos. Mas o que os graves e recentes crimes envolvendo as empresas mineradoras dizem sobre o tempo presente? Pode-se dizer que o atual momento de uso intensivo dos bens naturais da sociedade e de superexploração da força de trabalho convive com condições de precariedade da operacionalização da atividade minerária. A contradição fica ainda mais evidente quando se contrasta as avaras condições de funcionamento dos complexos minerários com as vultosas somas extraídas pelos investidores deste setor. O contraste choca, assusta e revolta, mas por si só não expõe o papel que têm estes acontecimentos no presente momento da reprodução do capital. Tampouco explica a conformação atual do metabolismo sociedade-natureza que conduz à naturalização do extermínio de povos e das suas condições de reprodução. Há vidas que podem ser, assim, ceifadas e depois reduzidas a um valor monetário de indenização a ser conquistada em um balcão de negociações? Tais questões vem tragicamente produzindo o tempo e o espaço contemporâneos e merecem um incansável debate, que propomos a partir do prisma colocado.

Mesa 5: Questão indígena e quilombola no contexto de desmonte de conquistas.

Ementa: Na atual conjuntura do Brasil é visível a escalada da violência contra os povos indígenas e quilombolas. O agronegócio, as madeireiras, os garimpos são algumas das atividades econômicas que avançam sobre territórios indígenas e quilombolas, apoiados pelo poder político que se coloca abertamente contra a demarcação e titulação dessas terras em prol dos povos. Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Palmares e outros órgão vão sendo sistematicamente tomados por inimigos de indígenas e quilombolas, que lutam para continuar *re-existindo*. Como a Geografia pode contribuir com a denúncia e a luta contra essa situação?

BRASIL-PERIFERIA:

A GEOGRAFIA PARA RESISTIR E A AGB PARA CONSTRUIR



Mesa 6: Patrimônio e resistências nas cidades brasileiras: apagamento da memória negra.

Ementa: Os órgãos e mecanismos que elaboram e definem oficialmente o que é patrimônio histórico e artístico no Brasil, são marcados por uma visão de cunho elitista de cultura que reflete no espaço urbano e em seus bens tombados. Tais políticas de preterimento sobre o que deve ser tombado podem levar à uma omissão de outras manifestações culturais, bem como de outras identidades e narrativas históricas. Ao longo do século XX, cidades inteiras foram tombadas e o patrimônio que predominou foi o de “pedra e cal” caracterizado pelas igrejas mineiras e construções “julgadas” como significativas. Somente quando os países em desenvolvimento pressionaram a UNESCO que seus bens culturais do patrimônio imaterial foram considerados para serem preservados e herdados para as gerações futuras. No começo do século XXI diversos foram os bens tombados nas cidades brasileiras, em especial nas cidades históricas brasileiras (como Ouro Preto, Tiradentes) e outras diversas cidades (como Rio de Janeiro, Salvador, São Luís), que se traduzem numa redução narrativa da história brasileira marcada por um ataques a memória negra. Diante de um cenário de desvalorização e desmonte dos órgãos de preservação do patrimônio histórico e cultural em suas diversas escalas, é fundamental refletirmos sobre a (re) construção de memória e a valorização da cultura afrobrasileira.

Mesa 7: Cartografias avessadas: quantos olhares cabem num mapa?

Ementa: O espaço geográfico permite pensar na multiplicidade de trajetórias e a heterogeneidade simultânea numa condição do social em seu amplo sentido. Na cartografia, os debates contemporâneos sobre imaginações cartográficas dão abertura para questionamentos sobre a forma tradicional da representação do real. As cartografias sociais, comunitárias, feministas, negras e indígenas lançam olhares sobre as dimensões de poder e a construção das políticas espaciais. Trazem também relações de diferentes escalas, como o debate sobre o corpo como território, cartografias da violência, corpografias outras. Neste campo de disputas cartográficas apresentar metodologias e experiências de mapeamentos coletivos, por exemplo, subvertem a posicionalidade e a flexibilidade no processo da produção de mapas, dando espaço aos debates sobre a formação sócio espacial e revelando relações conflitantes e geometrias de poder.



Data: 16 de julho de 2020 (quinta-feira).

Local: Universidade de São Paulo (USP) – Cidade Universitária, São Paulo.

Mesa 8: Formação de professores, currículo e relações étnico-raciais.

A Lei n. 10.639/03 modifica o currículo escolar no que tange as temáticas referentes à cultura, a população negra e o continente africano. Embora possua um destaque as disciplinas de História, Artes e Português, a Geografia, tem um papel crucial no tratamento dessas temáticas. Possibilitar às educadoras e aos educadores um encontro com discussões referentes às questões étnico-raciais no âmbito da educação, políticas curriculares e práticas pedagógicas é fundamental. O desafio é romper com os currículos elaborados nos moldes tradicionais e reconstruí-los a partir de um debate sobre o racismo, discriminação e práticas em uma perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista, buscando a superação dos problemas étnico-raciais presentes no cotidiano escolar.

Mesa 9: Geografia e saúde indígena.

Ementa: A temática da mesa considera o contexto geográfico e político atual do Brasil e compreende a Geografia como campo de pesquisa, educação e extensão imprescindível para a análise crítica e propositiva da realidade excludente do país. Pensar em prevenção e promoção da saúde dos povos indígenas dentro da Geografia, perpassa as barreiras da medicina ocidental e o paradigma biomédico vigente na formulação da noção de saúde, como ausência de doenças. A saúde, enquanto objeto da Geografia da Saúde não constitui campo separado da realidade socioespacial; pelo contrário, faz parte de uma realidade complexa, a qual expõe problemas e demandas de intervenção, a partir de conhecimentos distintos e ao mesmo tempo integrados. Ao valorizar as práticas tradicionais de saúde, a Geografia promove a valorização das vidas (não só a vida do homem “branco”), a qual se conquista, principalmente, pelo resgate da construção histórica de resistência dos povos originários e de suas práticas espaciais, o que se materializa na luta diária de se manter com esperança de alcançar à saúde. Pautar a saúde indígena é ser a favor das vidas dos povos originários e lutar pelo fim do derramamento de sangue desses, valorizando seus saberes e tradições, preservando suas culturas. Mais do que nunca, vê-se a necessidade de sair em defesa dos Povos Indígenas do Brasil, assim como reconhecer suas práticas de saúde, políticas, lutas e formas de viver como meios de conscientização e direitos territoriais, frente aos tempos neoliberais.



Mesa 10: Caminhos feministas para a Geografia.

Ementa: O objetivo dessa mesa é convocar a comunidade geográfica para refletir e contribuir com o aprofundamento dos estudos acerca do debate de gênero e feminismo na geografia. Não apenas como elemento transversal, mas como centralidade da análise e construção do pensamento geográfico. Entendemos que a questão de gênero, articulada as questões de classe, raça e sexualidade, são centrais para a compreensão dos elementos, dinâmicas, relações de trabalho, formas de organização política e contradições socioespaciais que permeiam a sociedade capitalista no campo e na cidade. Consideramos que na atual conjuntura política e econômica brasileira, urgem ações que reafirmem e reflitam criticamente as relações de gênero e diversidade. Para tanto, algumas questões estão postas: como trabalhos que avançam no debate feminista podem contribuir para o pensamento geográfico? Como as continuidades, descontinuidades e determinações entre gênero, sexualidade, raça e classe contribuem para a análise das formas de produção e reprodução socioespacial? Como as ações dos movimentos feministas do campo e da cidade provocam e contribuem para a construção de um pensamento geográfico que rompa e não reafirme desigualdades? É neste sentido que buscamos suporte desde estas considerações para a construção de uma ciência geográfica, orientada nos acúmulos históricos da teoria e organização feminista como coerência para uma teoria e prática revolucionária, considerando a centralidade entre gênero e luta de classes.

Mesa 11: Cultura e arte como potência: revide e participação social na cidade.

Ementa: A cultura é um dos elementos mais importantes de qualquer sociedade, assim como se constitui num aspecto fundamental da vida social e política das populações das periferias das grandes cidades brasileiras. É justamente nestes espaços pouco dotados de infraestruturas públicas, onde se concentra a maior parte da população de mais baixa renda, que algumas das mais engajadas manifestações culturais. Parte significativa destas manifestações, para além de seus conteúdos estéticos e simbólicos, geram também poderosas identidades sociais e políticas, que possuem inegável caráter anti-sistêmico. Esta mesa pretende discutir formas de representação artística, simbólica e reivindicativa existentes nas grandes cidades brasileiras, principalmente aquelas que possuem forte conteúdo crítico, criativo e emancipador.

BRASIL-PERIFERIA:

A GEOGRAFIA PARA RESISTIR E A AGB PARA CONSTRUIR



Mesa 12: 20 Encontros Nacionais de Geógrafos: o papel da AGB na construção do pensamento geográfico brasileiro.

Ementa: A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) tem reunido esforços ao longo dos seus 85 anos para construir espaços de diálogos e avanços para a construção da ciência geográfica. Os Encontros Nacionais de Geógrafas e Geógrafos (ENGs) têm cumprindo um papel importante nesse processo, pois são os espaços de reunião de pesquisadoras(es), professoras (es) e estudantes, numa relação dialética entre suas ideias, saberes e geografias. Na sua vigésima edição, a entidade propõe uma mesa para dialogar sobre a história destes encontros e, ao mesmo tempo, promover reflexões para o futuro. Assim, os objetivos sobre os caminhos e descaminhos que a AGB trilhou ao longo destes anos, dando ênfase aos últimos 20 Encontros Nacionais de Geógrafas e Geógrafos. Neste espaço, portanto, pretende-se dialogar sobre a história desta entidade através da práxis de suas atividades pretéritas.

Mesa 13: Políticas públicas e concentração regional da riqueza no Brasil: o que mudou recentemente?

Ementa: O território brasileiro é marcado, ao longo de sua história, por um processo aparentemente irrefreável de concentração geográfica e social da renda, dado o enorme poder das elites econômicas e políticas para manter a estrutura desigual de acumulação de capital. Desde o período colonial, a estrutura produtiva do território se formou a partir de circuitos de exportação, que favoreceram o surgimento de uma rede urbana e regiões econômicas bastante desiguais em seu dinamismo. Esta estrutura mantém, em diferentes escalas, cidades e regiões periféricas dialeticamente ligadas à áreas centrais mais ricas e poderosas economicamente. A presente mesa procura discutir como variou recentemente esta concentração social e espacial de renda, dando destaque para as mudanças recentes nas políticas públicas territoriais após o Golpe de 2016.

Mesa 14: Meandros geográficos: As morfologias físicas e os desafios ambientais.

Ementa: O objetivo da mesa consiste em trazer discussões capazes de abarcar os paradigmas da geografia física no contexto científico e político atuais, marcados pela intensa fragmentação das ciências e pelas consonantes formas predatórias de entender e mirar a natureza. Algumas perguntas carecem de respostas e suscitam o diálogo: quais caminhos e trajetórias a geografia física (brasileira) tem feito? Qual é a contribuição dessa ciência para enfrentar os desafios e conflitos ambientais cotidianos? Como se dá o embate e a resistência

BRASIL-PERIFERIA:

A GEOGRAFIA PARA RESISTIR E A AGB PARA CONSTRUIR



frente à exploração ambiental feita em demasia por multinacionais? Como se desenham e quais são as consequências socioambientais das emergentes relações coloniais nas quais o Brasil está imbricado? Inúmeras outras perguntas surgem e diversos meandros podem ser anunciados. Para além, cabe desvelar caminhos que mantenham o objeto geográfico próximo, uma vez que as morfologias físicas se destacam para a Geografia quando vistas em relação com a sociedade, elemento primordial perante os desafios ambientais latentes.

7. SEÇÕES LOCAIS QUE ESTÃO REALIZANDO ASSOCIAÇÕES

ABC

Alfenas

Araguaína

Baixo Amazonas

Belo Horizonte

Caicó

Campinas

Cidade de Goiás

Cuiabá

Dourados

Fortaleza

João Pessoa

Juiz de Fora

Macapá

Niterói

Porto Alegre

Presidente Prudente

Rio de Janeiro

São Paulo

Tefé

Três Lagoas

Vitória

Xingu Araguaia

São Paulo (SP), 10 de março de 2020.